

A RELAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E MELHORIA NA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

EBC ¹

RESUMO

Discutir a questão da qualidade do processo de ensino e aprendizagem é basilar para um país em desenvolvimento. Uma das maneiras utilizadas atualmente para tentar garanti-la é a avaliação institucional, que deve ser tanto interna quanto externa. Este artigo buscou identificar os principais fatores relacionados ao tema a partir de uma revisão bibliográfica com foco na legislação da área e em publicações de pesquisadores do tema. Percebemos que o final do século XX trouxe algumas mudanças importantes no cenário da educação superior, como novas regulamentações estatais, a avaliação interna feita pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPA) e as avaliações externas coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC). Em sua essência, tais avaliações buscam garantir a qualidade do processo educativo, porém, um paradoxo que se coloca é como manter a autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) diante de tais processos, especialmente os externos. Podemos destacar alguns desafios como o aumento da demanda por ensino superior, além da diminuição do grau de confiança da sociedade nas IES em função da sua capacidade de fixar níveis adequados de qualidade do ensino, proporcionar aos estudantes o conhecimento adequado para o novo mercado global do trabalho e a capacidade das IES em cumprir suas metas, o que torna ainda mais importante os processos avaliativos. Este artigo demonstrou que tanto a avaliação interna quanto a externa são fundamentais, mas de nada adianta se não houver um debate profundo sobre o que é fundamental, que é a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, Ensino Superior, Qualidade na Educação, Processo de Ensino e Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Compreender a importância da avaliação institucional para a efetivação da qualidade no processo educativo é fundamental, mas muitos são os desafios impostos por tal demanda.

Os objetivos da presente pesquisa incluem analisar os principais desafios da regulação da educação superior no intuito de propiciar um processo educativo voltado para a qualidade, além de verificar quais são os principais tipos de avaliação institucional vigentes no Brasil, assim como buscar perceber quais os impactos dos processos avaliativos nas instituições de ensino superior. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfica, tendo como principais norteadores a legislação pertinente ao tema, em suas leis, resoluções e portarias, assim como a revisão de autores contemporâneos que discutem a questão.

¹ Doutoranda em Ciências da Educação (UCSF), erikabataglia@gmail.com

Os desafios do cenário atual passam pelo fortalecimento da função do Estado em matéria educativa, qual seja, o desenvolvimento de mecanismos de regulação sólidos para se manter a qualidade e a equidade, o fortalecimento da autonomia das Instituições de Ensino Superior (IES) a partir de uma capacidade de auto avaliação e planejamento, de ações de auto regulação responsáveis, da valorização da docência como fundamental para a ampliação da função crítica da Universidade, do atendimento às novas demandas de distintos estudantes e o desenvolvimento de novos enfoques pedagógicos voltados para a aprendizagem mais que para o ensino ou a mera transmissão de conhecimentos.

É preciso ressaltar que a avaliação acadêmica é meio, e não fim. O objetivo da avaliação é a melhoria da qualidade da educação e da equidade, através da inclusão e é responsabilidade do poder público intervir para garantir que o recurso público aplicado tenha o seu devido retorno. O que se percebe é que as IES que possuem cultura de auto avaliação normalmente são melhores que aquelas que passam somente por auditorias de avaliação de qualidade, o que poderia levar a pensar na possibilidade destas IES excepcionais fazerem sua auto regulação, mas a auto regulação não impediria o olhar externo, mesmo porque, como dissemos, o Governo possui responsabilidades diante da comunidade.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido segundo os preceitos do estudo exploratório pois, segundo Gil (2008, p. 50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. É também um estudo descritivo pois fez a análise prévia de documentos do Ministério da Educação sem revisão de outrem.

As fontes utilizadas foram as leis, resoluções, decretos e normativas do Ministério da Educação relacionados à avaliação institucional, assim como obras de autores como Barriga (2005), Lemâitre (2009), Martinez (2016), Perrenoud (1999), Sobrinho (2002). Para a seleção das fontes foram consideradas para a inclusão a legislação atualizada e em vigor e excluída a legislação anterior. A coleta de dados se deu a partir da leitura exploratória do que foi selecionado, seguida de uma leitura seletiva e o registro das principais informações colhidas. A terceira etapa incluiu a análise e interpretação dos resultados, com uma leitura analítica a fim de ordenar as informações necessárias para a resposta à problemática. Em seguida, se deu a discussão dos resultados, conforme segue.

AVALIAÇÃO E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

A qualidade acadêmica é hoje uma preocupação universal, aparecendo em lugar estratégico nas agendas governamentais em sua busca para melhorar as políticas e estratégias para abordá-la. Alguns instrumentos de políticas públicas para assegurar a qualidade são os sistemas de acreditação e avaliação, os incentivos em função dos ganhos na qualidade e os planos de ação e gestão estratégica para melhorias, como veremos adiante.

Definir o conceito de qualidade não é simples, pois pressupõe diversas questões, dentre elas a falta de consenso sobre o objetivo da formação superior por parte dos stakeholders envolvidos e o próprio sentido da educação. De acordo com Barriga (2017), ao tentar conceituar qualidade, cada ator irá tentar legitimar seu ponto de vista e seus interesses, esperando que os demais acatem sua definição, o que gera conflitos que atribulam a definição de políticas públicas e sua avaliação, por exemplo. Outro problema que dificulta a conceituação do termo qualidade na educação está relacionado à complexidade da educação em si, que é multidimensional e envolve diversas etapas e metas. Basicamente, podemos dizer que a qualidade na educação, do ponto de vista do Estado, é aquela que permite ao aluno terminar em tempo adequado, com bom rendimento e baixo custo. Para os alunos educação de qualidade é aquela em que o aluno possa desenvolver competências e habilidades em uma determinada área para atuar no mercado de trabalho, mercado este que vê a educação na qualidade a partir da formação das pessoas adequadas para atuar em cada área e, principalmente na perspectiva capitalista, com grande retorno para as instituições. Para a sociedade podemos dizer resumidamente que a qualidade da educação proporciona o desenvolvimento das pessoas e do grupo, transformando em uma sociedade melhor.

Ao se tratar de qualidade não basta definir padrões, é importante saber quem os define, sob quais perspectivas e com base a que interesses (SOBRINHO, 2002). Infelizmente quase nunca tais interesses são puramente acadêmicos, por isso é necessário que seja desenvolvida uma metodologia que garanta um balanceamento entre os interesses dos diversos atores. Apesar das citadas dificuldades, podemos dizer que a qualidade é a harmonização do que é requerido pelos estudantes, acadêmicos, governo, empregadores e associação profissional que irão gerar objetivos e currículos padrões para a acreditação. Poderá se dizer que a qualidade foi atingida quando os perfis profissionais dos egressos estiverem de acordo com o que é requerido pelo mercado de maneira geral.

Martinez (2016) ressalta que, operativamente, a qualidade inclui dois aspectos principais: a consistência externa, ou seja, o ajuste do programa às normas e critérios definidos

pela comunidade disciplinar ou profissional em um determinado contexto e a consistência interna, a forma com que um programa adapta esses critérios e exigências externas para as prioridades que derivam da missão institucional. Combinar os dois aspectos é complicado mas acredito que seja o caminho para superar as contradições e a combinação de ambos pode possibilitar o cumprimento tanto das demandas externas como garantir o respeito às características da instituição, melhorando a qualidade do ensino.

Definido o conceito, é preciso assegurar a qualidade, e para tanto é preciso que haja auto regulação (auto avaliação), baseada na confiança e autocontrole acadêmico; a regulação estatal (acreditação), baseada no controle burocrático do Estado e a regulação do mercado, baseada na competência como instrumento regulatório (LEMÂITRE, 2018).

A auto avaliação é um processo de autoexame que, consultando fontes internas e externas da IES, busca identificar suas fortalezas e debilidades, assim como verificar o cumprimento dos grandes objetivos que surgem a partir da missão e fim das instituições. A avaliação externa é o processo que verifica, de fora para dentro e a partir dos informes da auto avaliação, as características e condições dos insumos que se utilizam e dos processos que se levam a cabo para assegurar a qualidade dos serviços que prestam e os resultados alcançados. A acreditação é o processo que tem por objetivo certificar, a partir da avaliação, a qualidade de uma instituição ou cursos e programas oferecidos por ela, com base em um conjunto de padrões que são propostos pelas respectivas comunidades acadêmicas ou profissionais e aprovados pela autoridade competente. A auditoria de qualidade é o processo que tende a avaliar não a qualidade do desempenho institucional em si mesmo, mas a existência e efetividade dos mecanismos de auto avaliação adotados pela instituição com o objetivo de monitorar e melhorar as atividades e serviços da instituição como tal ou de um programa da mesma (BRASIL, 2004).

O asseguramento da qualidade é, portanto, o termo genérico que engloba algumas ou todas as formas de avaliação. É o processo que tende a conquistar a confiança das partes interessadas, onde as condições da prestação de serviço (os insumos e processos desenvolvidos) cumprem adequadamente os requisitos de qualidade estabelecidos e satisfazem as expectativas postas nos resultados que alcançam. Requer o envolvimento dos atores responsáveis pelo ensino e pesquisa, um adequado controle da qualidade que verifique se o que é ofertado reúne requisitos mínimos de qualidade, ampla informação pública sobre o resultado das avaliações, a transparência, a integridade e a garantia pública da qualidade (PERRENOUD, 1999).

Múltiplas e distintas são as razões do governo e das universidades para justificar o processo avaliativo. A natureza da avaliação para o governo é somativa, para a universidade ela é formativa. Os objetivos para os governos são acreditação, prestação de contas, base para

planejamento, rankings e informes ao público, para as universidades é o melhoramento da qualidade, respeito pela diversidade, autoregulação e garantia de qualidade, e para isso podem ser utilizados vários instrumentos. Para o Governo, os instrumentos mais utilizados são as inspeções e os indicadores de desempenho; para as universidades é a auto avaliação e a revisão pelos pares (avaliação externa), e são diversos os modelos de avaliação, como por exemplo o americano, baseado na acreditação voluntária, mas com importantes consequências, o europeu-ocidental, que é baseado no controle acadêmico e há alguns anos na avaliação institucional e o modelo britânico, que é baseado em auditorias acadêmicas e avaliações por área disciplinar.

Sejam quais forem os modelos e/ou instrumentos, existe algo que é condição de possibilidade para garantir a qualidade: o compromisso dos envolvidos no processo. A qualidade requer um compromisso ativo da IES, dos professores e demais membros da comunidade acadêmica, dos órgãos de classe e do próprio Governo, e por isso é imprescindível apoiar o desenvolvimento da capacidade de auto avaliação, a instalação de bons sistemas de informação e o melhoramento das habilidades de planificação e gestão estratégica das IES para que elas possam gerir seu crescimento até atingir a excelência dentro dos moldes a que se propôs.

A convergência entre avaliação e gestão estratégica surge de um longo processo de maturação institucional e, conforme demonstrado por Martinez (2016), são necessárias várias fases até que a cultura da avaliação seja realmente implantada e se vislumbre uma auto regulação. De forma resumida, podemos dizer que a avaliação e o processo de maturação institucional são, em sua primeira fase, reativa, com processo mais formal (top-down generalizado). Na segunda fase há a institucionalização primária, onde o nível de participação e implantação ainda são baixos com subculturas de avaliação, uma terceira fase com a cultura de avaliação instalada (participação bottom-up ou decisões top-down), com nível de implementação recorrente e uma quarta fase onde há mudança de polo, sendo que a força de melhoramento institucional passa a ser endógena. Acredito que a IES em que atualmente sou apenas professora (e irei assumir a Presidência da Comissão de Ética) está na segunda fase, mas com chances de se encaminhar para a terceira em breve.

Além de todos os desafios citados anteriormente e apesar da necessidade da avaliação para o atingimento e manutenção da qualidade, nos dias atuais, com o aumento dos cursos, suas subdivisões, a quantidade de instituições a serem avaliadas, é quase impossível para o poder público conduzir a difícil tarefa de avaliar, por isso que acredito que uma das melhores maneiras de se desenvolver as IES é criando possibilidade para o desenvolvimento de uma cultura de auto avaliação que faça parte do processo da IES e base de seu planejamento de ações, pois do

contrário, a avaliação externa será sempre um momento de angústia mais que de oportunidade de crescimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo do princípio que avaliar é preciso, os organismos de avaliação devem ser o mais independente possível, tanto os órgãos estatais quanto os de classe (OAB, CRM, etc). O poder estatal, ao avaliar, busca fazer com que as universidades cumpram com as metas estabelecidas que, *a priori*, devem servir ao bem da comunidade, mas muitas vezes o que se vê é a burocratização dos processos e a manipulação de verbas e outros insumos em função de acordos políticos e não em razão do bem da universidade, tornando o processo ineficaz e inclusive corruptível. A pergunta que surge então é qual a justificativa para o Estado intervir na avaliação? Eu creio que, como responsável pelo bem público, o Estado deve sim intervir para garantir, especialmente nas IES públicas, que o recurso aplicado seja bem aplicado e utilizado, gerando benefícios para a comunidade que nele investe, sendo, inclusive, um dever ético garantir que o dinheiro que é do povo será investido na formação dos cidadãos de forma adequada. Além disso, o Estado também deverá avaliar e garantir as condições de melhoria nas IES privadas, como veremos adiante.

Outro ponto importante a se verificar é que nos países de modo geral, as mesmas IES que proporcionam a formação acadêmica também creditam para a habilitação profissional (em alguns países como o Brasil, por exemplo, algumas carreiras possuem órgãos que regulam a profissão², mas não é para a maioria dos cursos) e desta maneira o Estado deve ser também responsável pelo egresso que irá atuar no mercado de trabalho, pois um profissional mal formado pode trazer grandes prejuízos para a sociedade e, a depender da profissão, pode levar as pessoas à morte, por exemplo.

Outra sugestão para utilizar as avaliações para a melhoria da qualidade é ampliar a avaliação a cargo dos pares acadêmicos, mas com maior ênfase nas recomendações e compromisso, em lugar de sanções: É preciso ratificar que o objetivo principal da avaliação é a melhoria do processo, por isso ela não deveria ser “trocada” por benefícios ou “usada” como sanção, mas deveria gerar recomendações e correções para a melhoria da qualidade e proporcionar às IES as condições necessárias para tal melhoria. Quando a avaliação é feita

² Como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Contabilidade, entre outros, exigindo dos bacharéis a verificação de seus conhecimentos por meio de provas e certificações).

apenas para direcionar recursos ou desabilitar cursos sem qualidade ela pode até colaborar para a melhoria da qualidade, já que mesmo indiretamente, por medo ou necessidade, as IES devem buscar melhorias, mas sua função primordial fica em segundo plano. Se, ao contrário, a avaliação externa tivesse esse papel de colaborador da melhoria da qualidade as próprias instituições receberiam melhor as avaliações.

Além disso, outra questão importante relativa à avaliação é como os órgãos públicos podem fazê-la sem universalizar os requisitos, já que a realidade de cada IES é diferente e não é justo cobrá-las da mesma maneira. Portanto, acredito que a missão e objetivos da IES poderiam ser utilizados como padrão de avaliação. Como vimos, normalmente a avaliação é feita com base em padrões adotados de forma universal e que não levam em conta o contexto da IES, sua missão e valores. Por outro lado, poderíamos pensar que a avaliação, portanto, deveria tomar como base o contexto e a missão de cada IES, mas como avaliar desta maneira? Se a IES tiver objetivos medíocres e pouco ambiciosos, eles é que deverão ser levados em conta na avaliação externa? Desta maneira não haveria melhoria da qualidade. Para melhorar a qualidade, portanto, a própria universidade deveria propor objetivos ambiciosos e exigentes, mas ao mesmo tempo dar condições para o corpo acadêmico atingir os resultados, auxiliar os estudantes a conseguirem alcançar esses níveis, sem se safar de auxiliá-los, mas não simplificando o processo de ensino e aprendizagem somente para garantir boas notas nas avaliações.

Esta é uma mudança de paradigma importante que exige um árduo trabalho de todos os atores envolvidos no processo de aprendizagem e que tornaria a obrigatoriedade desnecessária, um ideal a ser perseguido, por mais difícil que pareça alcançá-lo. É evidente que existem contextos em que a obrigatoriedade parece ser necessária, especialmente quando há grande aumento da oferta de cursos e de novas faculdades que ainda estão se desenvolvendo, mas tal obrigatoriedade deveria ser temporária. Podemos usar o exemplo da Argentina e os cursos de pós-graduação, há aproximadamente vinte anos houve uma efervescência de pós-graduações em que a qualidade era muito questionada e o Governo passou a avaliá-los. Paralelamente a isso, o próprio mercado demonstrou maior interesse por egressos de determinados cursos e dessa maneira as faculdades que pretendiam manter seus cursos tiveram que melhorar sua qualidade, o que implicava em implantar uma cultura de avaliação e gestão constantes, que, depois de alguns anos, fez com que a qualidade melhorasse, tornando desnecessária a verificação do poder público. Desta maneira, a lei poderia ser alterada, a avaliação poderia ser voluntária como já acontece em países como EUA em que, mesmo voluntária, as IES desenvolveram a cultura de avaliação em função de exigências do próprio mercado.

A auto avaliação é fundamental para a IES ter noção real de suas qualidades e debilidades, agindo para tornar excelente o que já é bom e melhorar o que é preciso. Além disso, é fundamental a visão de pessoas externas à IES, que podem ter visões diferentes e podem inclusive ampliar o entendimento das melhorias a serem feitas, por isso eu acredito que ambas devem ser utilizadas para auxiliar na melhoria da qualidade.

Uma vez feita a avaliação, seus resultados devem ser informados a toda a comunidade interessada, mas de forma mais atrativa, pois normalmente ele é feito por acadêmicos que utilizam linguagem inadequada para a população em geral. Acredito que é possível que se faça um relatório completo e complexo, para a própria IES e comunidade acadêmica, mas que também seja feito um relatório simplificado, mas que preste os devidos esclarecimentos à comunidade em geral.

Atualmente, na maioria dos países, a avaliação só é feita pelas instituições por receio de perder sua possibilidade de atuar e o financiamento do Estado. Penso que o financiamento deveria ser revisto em função da melhoria constante sugerida pela autoavaliação e/ou pela avaliação externa, de forma equitativa, e não de forma quase automática como ocorre na maioria dos casos.

Acredito que auto regulação adequada, com o olhar externo do poder público para possíveis sugestões de melhorias é a melhor forma de, a partir da avaliação, se possa alcançar os esperados padrões de qualidade, eficácia e pertinência na educação.

Em relação ao questionamento se os processos de avaliação melhoram as instituições, é preciso ter em mente certos detalhes. Como as IES sabem, através de instrumentos criados pelo próprio Governo, como elas serão avaliadas, é bem provável que ela tente adaptar sua infraestrutura, seu corpo acadêmico, os projetos institucionais, bibliotecas, laboratórios, etc., para serem avaliados positivamente, e se a avaliação é feita periodicamente a tendência é que as IES melhorem tais questões, possibilitando a melhoria do ensino e aprendizagem. Ao desenvolver um plano institucional e de curso adequados, contratar professores capacitados, dar a eles laboratórios e bibliotecas bem estruturados, é provável que haja a melhoria do processo, portanto, apesar que de maneira transversal, a avaliação externa constante pode sim contribuir para a melhoria. Apesar disso, há que se levar em conta que as possibilidades de melhoria das condições de ensino não necessariamente levam à melhoria do ensino em si, pois este está intimamente ligado ao professor e seu esforço para melhorar, por isso deve ser dado aos professores os estímulos necessários para que eles possam modificar sua forma de ensinar. O problema na avaliação é não conseguir verificar essa melhoria, pois reconhecer essa evolução depende de um olhar mais acurado que a avaliação externa não costuma perceber. Além disso,

não é fácil imaginar a nível macro um mecanismo para os docentes ensinar melhor, é mais fácil medir a pesquisa que o ensino, quando um investigador consegue algum resultado é fácil avaliar e medir, mas quando um professor faz de tudo para ensinar melhor, ter alunos com melhores resultados, é muito difícil verificar os resultados concretos e a curto prazo, o que não deve impedir que se tenha isto como um ideal a ser buscado.

Em relação à avaliação da investigação, a avaliação externa comandada pelo poder público não necessariamente faz com que haja melhora, pois é muito difícil avaliar a produção de todos os docentes, de todos os projetos de investigação em curso no curto período em que os pares comparecem às instituições para analisa-la (e mesmo com a avaliação dos dados que são enviados para o Ministério antes da vista *in loco*). Esse tipo de avaliação se dá por outros canais, como pela quantidade de bolsas de órgãos de incentivo à pesquisa, publicações em revistas renomadas, etc. É importante destacar que avaliar a pesquisa deve levar em conta sua relação com o ensino, não isoladamente, somente assim se poderá dizer que avaliar a investigação leva à melhoria do ensino.

Em relação à pergunta sobre a possibilidade da acreditação levar à melhora da qualidade, é possível que sim, mas dependendo da forma como ela é feita e/ou divulgada pode prejudicar os cursos e instituições em desenvolvimento, por isso o processo deve ser feito com muito cuidado e, como falamos acima, possibilitar as condições para a superação dos obstáculos de cada IES.

Outra questão importante é que são praticamente inviáveis os planos de ação para melhorias sem um apoio financeiro equitativo, mas em muitos países o apoio só ocorre com as IES públicas, ficando as IES privadas dependentes somente de sua própria capacidade financeira. Especialmente em países onde a formação também possibilita a habilitação profissional o risco é ainda maior, pois os egressos destas IES privadas irão trabalhar na comunidade colocando-a em risco em casos de má formação acadêmica, por isso o Estado deveria ser responsável também por esses casos, inclusive financeiramente.

Diante de tudo isto, o ideal é que se pudesse ver qual o valor agregado da instituição, porque senão muitas vezes se pondera indevidamente certa coisa e se deixa de ponderar outra. As melhores universidades do mundo têm normalmente os melhores alunos, que já entraram pelo rigoroso processo seletivo, sendo, portanto, estudantes com histórico acadêmico muito bom. Por outro lado, estudantes com uma formação básica regular procuram IES com menos expressão, mas também podem sair como excelentes profissionais, demonstrando que o esforço que essa instituição fez para garantir uma boa formação foi muito grande, o que deveria ser contemplado.

Outra questão que se deve ter em conta e que é um grande desafio é a discussão ética da utilização dos recursos públicos em educação, a qualidade da educação básica em escolas públicas e a própria democratização do ensino. De maneira geral, no Brasil e em outros países latina americanos, os recursos públicos são utilizados nas Universidades públicas que, *a priori*, deveriam receber os alunos que não tem condições financeiras para pagar seus estudos, mas não é isso que ocorre normalmente. Muito mais concorridas, as vagas das IES públicas acabam sendo utilizadas por parte da comunidade que pagou por ensino básico de qualidade em instituições privadas, enquanto as classes menos favorecidas, que estudaram em escolas públicas, não conseguem entrar nos concorridos vestibulares das IES públicas e acabam tendo que pagar para estudar em IES privadas. No Brasil, nos últimos anos, houve um acréscimo substancial de bolsas (PROUNI) e financiamentos (FIES) para instituições privadas, e muitos estudantes conseguiram estudar devido a isso. Tal fato reforça a importância da avaliação ou pelo menos de um olhar atento do poder público para que estas verbas públicas destinadas aos estudantes de IES privadas estejam sendo efetivas na boa formação destes egressos. A questão da inclusão também passa pelo aumento de vagas destinadas às minorias, chamadas de cotas, que causam bastante polêmica mas que ao meu ver são uma necessidade por conta dos problemas históricos, mas que deve ser tratada como uma necessidade pontual, o que envolveria uma grande modificação na educação básica, o que infelizmente não pode ser discutido neste texto em função de sua extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre os processos avaliativos deve ser contínua. Finalizando, podemos dizer que houve muitos avanços tanto no processo de avaliação quanto na sua relação com a melhoria da qualidade da educação, como a normatização e seus instrumentos e marcos de referência, os recursos tecnológicos e humanos que permitem maior agilidade e transparência no processo, a capacitação dos professores recrutados para avaliar seus pares e a cobrança por sua neutralidade, o que levou a um aumento na legitimidade das comissões e inclusive a tentativa de busca de independência de critérios, que ainda requer um olhar mais cauteloso mas que já pode ser vislumbrado e a real inserção nas faculdades de uma cultura de avaliação que seja utilizada no processo de gestão da mesma, algo ainda inicial mas com bom potencial de desenvolvimento se as avaliações externas seguirem com a sua responsabilidade. Apesar de muitos avanços, algumas debilidades ainda são vistas, como a possível sobrecarga de trabalho ao se fazer uma auto avaliação com qualidade e também para o atendimento às exigências do

Governo em suas avaliações externas, a forma como essas avaliações geram informações e estas são repassadas para a comunidade acadêmica e externa, ainda muito débil, especialmente quando ela se transforma em rankings que não levam em conta as características de cada IES, o excessivo academicismo nas avaliações, analisando com igual peso aspectos de IES que investigam, por exemplo, com aquelas faculdades que não podem investir em pesquisa e se dedicam mais ao ensino, o que leva a talvez o maior problema atual na avaliação que é a prevalência de apenas uma visão de universidade, aquela pública que possui forte relação na tríade ensino, pesquisa e extensão, e é essa visão que perpassa toda a avaliação entre pares pois normalmente são os professores destas IES aqueles responsáveis pelo processo avaliativo das demais, o que faz com que esta visão seja levada em conta na hora de avaliar instituições diferentes que podem ser prejudicadas pelo excesso de rigor na verificação de certos requisitos.

Diante de tudo isso, muitos são os desafios para que a avaliação realmente se torne o meio pelo qual a qualidade na educação irá aumentar. Dentre eles, destacamos a importância da percepção das diferenças entre as IES, suas missões e objetivos, levando-os em conta na avaliação, mas contando com que esses objetivos sejam ambiciosos e as instituições estejam dispostas a auxiliar professores e alunos durante o processo. Outro aspecto muito importante é a geração de uma cultura de avaliação como fator de melhoria constante, e não em função de possíveis sanções diante de suas debilidades ou prêmios pelas suas conquistas. A auto avaliação deve ser o centro da gestão estratégica de toda IEs que se pretenda excelente em seu papel de educadora. Esta auto avaliação deve ser incentivada pelo poder público, que pode inclusive auditá-la, mas para fornecer sugestões e subsídios, não para punir. Para isso é preciso superar o academicismo exagerado e levar em conta as diferenças, gerando novas formas de avaliar, inclusive. Avaliar para melhorar a qualidade da educação é fundamental, a meu ver, mas talvez o mais importante de todo esse processo seja a convicção de todos os envolvidos que somente com todas as forças unidas se pode pensar em melhorar aquilo que de fato é importante, e que deve ser central na discussão, que é o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BARRIGA, A. D. Riesgos de los sistemas de evaluación y acreditación de la Educación Superior. En: **Seminario Evaluación y Acreditación de la Educación Superior en América Latina y el Caribe**. IESALC/CONEAU, Buenos Aires, 2017.

BRASIL. **Lei no. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2004.

LEMAÎTRE, M. J. Nuevos enfoques sobre aseguramiento de la calidad em un contexto de cambios. En: **Revista Calidad em Educación**, no. 31, Santiago de Chile: Consejo Nacional de Educación, 2018.

MARTINEZ, E. S. **Sistemas comparados de Evaluación y Acreditación Universitaria**. 10º COHORTE, Doctorado en Educación. Universidad Católica de Santa Fé, 2016.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizizes: entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOBRINHO, José Dias. **Universidade e avaliação: entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.